

## Rancièr e o conflito político

### Fernando Modelli

Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Doutorando em Ciência Política na Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, Brasil, Professor de sociologia no Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), Brasília, DF, Brasil  
fernando.modelli@gmail.com

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

A obra “O desentendimento” (1996) é importante, ainda hoje, pelo seu questionamento sobre a política democrática. Num mundo em que diferentes manifestações surgem- no Brasil, na Europa e no Oriente Médio-, questiona-se a capacidade da filosofia política, idealista, ao lidar com os diferentes conflitos contemporâneos. Voltando-se ao conceito de Desentendimento, Rancièr coloca perguntas essenciais para pensar a democracia além dos moldes liberais e consensuais. Segundo este autor, não existe um “fim” para os conflitos contingentes na sociedade, nem ao menos um nível mínimo de racionalidade, mas a política é, justamente, a interrogação sobre a ordem estabelecida:

Democracia [...] não é um regime político estabelecido, mas o seu contrário. Os regimes conformam-se, envelhecem e excluem. Transformam os seus vícios, ressignificando-os como virtudes. A democracia, por outro lado, tem o potencial de denunciá-los, de deslegitimar o consenso e, literalmente, negar aquilo que parecia tão obvio e natural há tão pouco tempo (MENDONÇA; VIERA, 2014, p. 134)

A carreira de Rancièr começou ligada ao seu professor Louis Althusser. A visão de tal pensador marxista consistia na força dos aparelhos ideológicos do estado: “O Aparelho repressivo do Estado `funciona através da violência` ao passo que os aparelhos Ideológicos do Estado `funcionam através da ideologia` [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 69). Tal distinção é importante, porque o poder deixa de ser visto somente como repressão, mas também como um molde social dos desejos. Rancièr parte da mesma crítica de Althusser à teoria clássica marxista:

A noção aparelho Estado encontra-se de fato ligada à pressuposição de que Estado e sociedade se opõem, sendo o primeiro figurado como a máquina, o “monstro frio” que impõe a rigidez de sua ordem à vida da segunda [...] A distribuição dos lugares e funções que define uma ordem policial depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções do estado (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

No entanto, com o advento das manifestações de maio de 1968 na França, Rancièr passou a duvidar dos pressupostos clássicos do seu professor, principalmente, tendo em vista sua posição contra as manifestações. Em Rancièr, existe um espaço de liberdade além da ordem estabelecida, o que, para Althusser, era praticamente impossível.

A igualdade natural dos homens, na capacidade de aprendizado, faz com que, em última instância, a ordem política possa

ser contestada. A igualdade deixa de ser um sonho utópico, sempre postergado, para uma pressuposição teórica: “Quem estabelece a igualdade como *objetivo* a ser atingido, a partir da situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito. A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido ela deve sempre ser colocada antes [...]” (RANCIÈRE, 2013, p. 11).

A opinião do autor é que cada um é capaz de se emancipar e aprender por si mesmo. A estrutura hierárquica da escola opõe duas inteligências, a do professor que enxerga com clareza e racionalidade, enquanto o aluno, tola, se afunda em distrações. Para Rancière, o “método” que ele advoga é o mais antigo da humanidade, ou seja, o aprendizado cotidiano feito pela necessidade, na ausência de um mestre explicar, criado pela própria curiosidade. A partir da experiência de Joseph Jacotot (1780-1840) - iluminista francês que, chegando na Holanda, teve que ensinar francês, mesmo sem conseguir se comunicar com os alunos-, Rancière tira a conclusão de igualdade como ponto inicial de toda sociedade.

A ordem estabelecida precisa- para manter seu poder-, fundar princípios e organizações. A capacidade de entendimento dessas ordens já estrutura, segundo o autor, um entendimento mínimo de capacidades intelectuais.

As hierarquias na educação ajudam a manter um ideário que será esse essencial para a filosofia política contemporânea: “Toda a política é creditada a uma antropologia que conhece apenas uma única oposição: entre uma humanidade adulta, fiel à tradição que a institui como tal, e uma pueril, cujo sonho de se engendrar como nova conduz à autodestruição [...]” (RANCIÈRE, 2014, p. 42).

O inimigo principal da obra “Desentendimento” (1996) é a volta da filosofia política, recentemente, à racionalidade e ao estudo dos clássicos. Pode-se dizer que, nos anos 80, graça às obras de Jürgen Habermas e John Rawls, houve uma volta à questão do consenso racional e o equilíbrio entre interesses para uma sociedade justa. Segundo Rancière, este retorno significa a morte da política: “Poderia muito bem ser o conjunto de pensamentos pelos quais a filosofia tenta acabar com a política [...] o que torna a política um objetivo escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 14).

Se por um lado existe, em Rawls e Habermas, o apreço pela razão humana e a crença de que, idealmente, ela possa orientar a superação dos conflitos e a correta fundamentação da ordem comum (MIGUEL, 2012, p. 3), por outro, esta visão teórica pode ser vista como o medo da democracia, em que o conflito aparece como uma doença que deve ser sempre reprimida, pois seria disfuncional à sobrevivência do sistema social (VITULLO, 2007, p. 65).

O exemplo clássico retomado é a obra de Platão, a democracia se torna um governo corrupto em oposição ao regime ideal do Rei filósofo: “Estabelecido que são os filósofos aqueles que podem compreender o que é eternamente imutável, ao passo que não o são aqueles que se perdem na multiplicidade das coisas mutáveis, cumpre ver a qual dos dois deveríamos confiar o governo dos Estados [...]” (PLATÃO, 2007, p. 207).

O termo desentendimento se torna central, uma vez que desconhecimento e mal-entendido não são suficientes para explicar os conflitos políticos. O desconhecimento pressupõe a diferença de capacidades em que um detém o conhecimento, enquanto o outro se perde na ignorância. O mal-entendido, de outra forma, diz que o conflito advém da falta de racionalidade e conclui que, dadas condições ideais, todo conflito pode ser pacificado em consensos.

A grande questão para a política é que existem conflitos na sociedade que não podem ser resolvidos. Uma pessoa religiosa, dificilmente, encontraria um consenso racional, ou mesmo, uma transferência de conhecimentos com uma feminista radical que possibilitasse um acordo. Segundo Rancière (1996, p. 30), o fundamento da política não é a natureza, nem ao menos a tradição, mas a ausência de fundamento: a pura contingência de toda ordem social.

Na busca pelo fim do conflito, os utilitários criaram um somatório de indivíduos que, aritmeticamente, chegariam ao bem comum. A volta da filosofia juntou o bem de todos na concepção de uma justiça geométrica. O bem comum não poderia mais ser tirado da pulsão de indivíduos utilitários, mas, sim, do abandono de interesses particulares por consensos mínimos racionais: “A falsa continuidade do útil ao justo vem denunciar a falsa evidencia da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de logos dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz (*phonè*) [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 35).

Rancière problematiza a visão do bem comum, ele argumenta que antes do equilíbrio entre forças, existe uma divisão na sociedade entre aqueles que falam e os que não têm direito de se comunicar. Essa visão permite problematizar as instituições clássicas liberais pelo corte, anterior, que é feito na política sobre aqueles que têm direito de reivindicar, enquanto diferentes grupos sociais- mulheres, negros, homossexuais- têm seus direitos cancelados *a priori*.

O conceito da *política* surge, então, como a briga por direitos políticos daqueles que não tem o direito de fala. A política, de forma semelhante à concepção de Hannah Arendt, é o espaço de criatividade humana, em que aqueles excluídos pela ordem, denominada *polícia*, exibem sua capacidade de fala, pela igualdade inerente de capacidades, contra sua exclusão.

A mudança destes conceitos clássicos permite olhar para a organização da sociedade- não como uma

forma natural dada pelos méritos de cada indivíduo-, mas por uma seleção, cuidadosa, daqueles que podem participar das instituições:

Polícia aquela que identifica a cidadania como propriedade dos indivíduos passível de se definir numa relação de maior ou menor proximidade entre o seu lugar e do poder público. Quanto à política, ela não conhece relação entre os cidadãos e o Estado. Ela conhece apenas dispositivos e manifestações singulares pelos quais às vezes há uma cidadania que nunca pertence aos indivíduos como tais (RANCIÈRE, 1996, p. 44)

Um dos principais problemas com tal distinção, política e polícia, é que ela acaba retomando um velho problema marxista, ou seja, a dificuldade de tratar de forma complexa o aparato do Estado. A polícia é muito diferente em uma democracia liberal e num regime fascista. O desafio do pós-estruturalismo tem sido diferenciar entre um regime, diretamente, opressor e os ganhos democráticos da nossa sociedade, mas sem aceitar, acriticamente, as relações de dominação que se mantém em qualquer tipo de sociedade:

Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais [...] Essas liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação. Os “direitos do homem e do cidadão” são os direitos daqueles que os tornam reais (RANCIÈRE, 2014, p. 95)

Rancière parte de um pensamento semelhante à concepção de dispositivos de Foucault:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas [...] O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2012, p. 364).

Rancière argumenta, contra Foucault, que a política não pode estar em todas as relações, mas somente naquelas em que, por meio da igualdade, pede-se o direito de fala dos excluídos das hierarquias políticas. O lar, por exemplo, pode-se tornar um local político, desde que não seja pela simples reprodução de ordens de poder, mas por uma demanda das mulheres em receberem seus direitos.

Rancière deixa de lado um ponto essencial para as relações de dominação. Toda sua teoria depende de uma distribuição simbólica das diferentes pessoas, a política é feita de relações de mundos (RANCIÈRE, 1996, p. 47). O autor, todavia, coloca todo o espaço do conceito da política na demanda aberta por grupos para serem escutados.

O que é deixado de lado é que formas de resistência política nem sempre podem ser feitas de forma aberta, uma vez que trazem um custo político alto, principalmente, tendo em vista as eminentes retaliações: “Tais ganhos, entretanto, são incertos, ao passo que o massacre, a repressão e a desmoralização da derrota são bastante certos e reais [...] pareceu-me muito mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa [...]” (SCOTT, 2011, p. 218-219).

Por mais que Rancière faça crítica aos autores pós-estruturalistas, seu verdadeiro alvo teórico neste livro é a teoria política normativa, especificamente, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas:

Distinguir a racionalidade argumentativa criadora da comunidade e a simples discussão e composição dos interesses particulares [...] ele censura aqueles a quem combate por tomarem na cena argumentativa e comunicacional o ponto de vista do observador, da terceira pessoa, que congela a racionalidade comunicativa, cujo trabalho se opera no jogo de uma primeira pessoa empenhada em assumir o ponto de vista da segunda pessoa (RANCIÈRE, 1996, p. 58)

O ponto de vista crítico é que o conflito não pode ser resolvido somente por um esforço racional na eliminação de interesses individuais. Habermas cria um cenário ideal em que, por meio da intersubjetividade, diferentes interesses podem encontrar a melhor solução política. Rancière vai de encontro a este argumento, dizendo que existe uma separação anterior entre aqueles que realmente falam e tem posições de poder no sistema e aqueles cuja fala não é nem ao menos considerada algo mais do que um ruído:

Antes de qualquer confronto de interesses e de valores, antes de qualquer submissão de afirmações a pedidos de validade entre parceiros constituídos, há o litígio em torno do objeto do litígio [...] Jürgen Habermas insiste [...] na tensão entre dois tipos de atos de linguagem: linguagens “Poéticas” de abertura para o mundo e formas intramundanas de argumentação e validação [...] a demonstração própria da política é sempre, a um só tempo argumentação e abertura do mundo no qual a argumentação pode ser recebida e fazer efeito, argumentação sobre a própria existência desse mundo (RANCIÈRE, 1996, p. 66)

Um ponto central nesta crítica é a ideia que, antes mesmo da entrada da esfera da política, já existem demarcações sobre nossas posições sociais. Ser membro de uma determinada família antiga e rica, no Brasil, já é uma entrada na arena daqueles que tem direito de fala.

A dominação não pode ser restrita a um jogo mínimo de regras de debates públicos, uma vez que as relações de dominação se inserem na socialização de diferentes formas. Ao propor o conceito de política como a ação

daqueles excluídos pela ordem estabelecida- a polícia-, Rancière exige um modelo de democracia que não seja, meramente, formal:

Política e democracia se aproximam no sentido de que a política democrática tem por meta a politização, ou seja, a exigência incondicional da quebra da normalidade que atribui a cada indivíduo o seu lugar e a sua tarefa. É na ruptura, na quebra da ordem policial, numa palavra, é no *dissenso* que ocorre o raro momento da política (MENDONÇA; VIERA, 2014, p. 118)

A “volta” da filosofia política, por outro lado, parece tentar eliminar esse posicionamento dos corpos na democracia. Aqueles que não têm direito de fala devem ser recolocados, pela filosofia, na harmonia geométrica. Voltando-se ao criador da filosofia política, Platão, a contemporaneidade, da mesma forma, tenta dar conta do conflito postergando um mundo ideal, separado das meras figuras turvas, inconstantes e mutáveis dos regimes políticos.

A *arque-política* surge, no plano da retomada do livro, como sendo a proposta platônica de substituir o conflito, causador da queda de Atenas, por um mundo organizado, sem espaço para o dissenso, em que todos sejam homogêneos. A sociologia, representando a *para-política*, aceita o conflito, mas transforma-o na disputa por representação entre os que têm seu lugar reconhecido (MENDONÇA; VIERA, 2014, p. 116). Finalmente, a *meta-política* é a afirmação do conflito ilimitado do social, sendo assim necessária a organização do povo de uma forma transparente a si mesmo:

A arqui-política platônica deu à primeira ciência social seu modelo: a comunidade orgânica, definida pela boa engrenagem de suas funções sob o governo de uma religião nova da comunidade. A para-política aristotélica deu à sua segunda era o modelo de uma comunidade sabiamente distanciada de si mesma. A última era da sociologia, que é também o último avatar da filosofia política, é a exposição da pura regra do jogo: era do vazio, já foi dito, era em que a verdade do social está reduzida à da parasitagem infinita da verdade vazia (RANCIÈRE, 1996, p. 98)

O que interessa dessa difícil organização de conceitos, na qual Rancière sintetiza a história da filosofia política, são as consequências para o estado atual da democracia. Nessa visão, o povo deixa de ser entendido na sua forma política concreta e étnica para se tornar um mero dispositivo constitucional.

A *pós-democracia* é a prática governamental depois da eliminação dos erros na administração do povo. O conflito não existe mais, porque as características formadoras da população são determinadas, *a priori*, pelo governo de corpos: “É a organização de uma relação especular da opinião consigo mesma, idêntica

à efetividade do povo soberano e ao conhecimento científico idêntica à efetividade do povo soberano e ao conhecimento científico dos comportamentos de uma população reduzida à sua amostra estatística [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 107).

Entender a democracia a partir de mínimos procedimentos formais é ignorar que existe outro lado simbólico, de disposição de corpos, de manipulação de desejos em que indivíduos, iguais, são posicionados na desigualdade.

A política, segundo Rancière, é o momento de questionamento sobre a ordem estabelecida, quando aqueles que são considerados animais, sem o direito de fala e reconhecimento institucional, declaram-se iguais perante os padrões de dominação. Rosa Parks ao se recusar, em 1955, dar seu lugar no ônibus, por causa da segregação racial, estava impondo-se politicamente contra uma ordem que separava negros e brancos de forma desigual.

Num país como o Brasil em que a desigualdade social, racial e de gênero ainda colocam em cheque boa parte dos ganhos democráticos, um posicionamento que visa recolocar o lugar do conflito na filosofia política merece destaque, principalmente, pelo foco em como a igualdade mínima de capacidades intelectuais permite dizer que a desigualdade social é arbitrária e, sendo assim, aberta a disputa.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- MENDONÇA, D.; VIERA, R. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, 2014.
- MIGUEL, L. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. *Anais...*
- PLATÃO. *A República*. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, 2011.
- VITULLO, G. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. *Tomo*, n. 10, 2007.

Recebido: 10 dez., 2014

Aceito: 16 abr., 2015